



■ Presidente p.2

Forças políticas que governam são "retrógradas"



■ Parlamento p.13

Governo esconde "plano de contingência" orçamental

POVO LIVRE



nº 1921
4 de maio de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

GOVERNO DESTRUIU 20 MIL EMPREGOS



Social Democracia
para um País mais justo. **TSD**
Partido Social Democrata

■ Pedro Passos Coelho esteve num jantar organizado pelos TSD, para celebrar o 1.º de Maio, em Viseu



Encerramento do 24.º Congresso Nacional da JSD

Forças políticas que governam são “retrógradas”

O líder do PSD qualifica de “forças retrógradas” os partidos que sustentam o Governo de António Costa, por quererem que o Estado tome conta de todos os setores de atividade. “Há forças retrógradas, que hoje nos governam, que querem fazer regredir a sociedade portuguesa a um debate que achávamos já estar superado”, acusou o Pedro Passos Coelho, na Batalha, no distrito de Leiria, na cerimónia de encerramento do 24.º congresso nacional da JSD, que reelegeu Cristóvão Simão Ribeiro como presidente daquela estrutura.

Num discurso de mais de meia hora, o líder social-democrata afirmou “que só uma atitude ideologicamente muito retrógrada é que podia pensar que as pessoas seriam entregues a si próprias sem nenhum enquadramento público, sem solidariedade social, e que o mercado funciona entregue a si próprio”. “Em Portugal, ainda há forças retrógradas que acham que os contratos de associação deviam deixar de existir, a não ser nos sítios onde o Estado realmente não tenha capacidade para oferecer equipamentos escolares”, sublinhou, dizendo que são “os mesmos que acham que o Estado tem de oferecer equipamentos escolares em todo o lado, mesmo onde já existam”.

Insistindo nas críticas aos partidos que asseguram a governação em Portugal, Passos Coelho reiterou que só “alguém manifestamente muito retrógrado podia pensar que a ausência de mercado resolveria os problemas económicos em qualquer sociedade”.

Recuando ao ano de 1975, para recordar o processo



de nacionalizações, que obrigou o país a “pagar um preço muito elevado, por haver forças políticas que queriam que o Estado tomasse conta de tudo”, o presidente do PSD frisou que “o Estado é hoje imprescindível para que a economia funcione com regras”.

No entanto, realçou, o Estado ocupa um espaço “que não pode ser confundido com o da iniciativa privada, não pode tomar conta da nossa iniciativa e não pode decidir por nós e nos impor um modelo de vida”.

Perante uma plateia com cerca de um milhão de jovens, o líder Passos Coelho deixou a mensagem de que podem contar com um “PSD atrevido, ousado e inconformista”. “Somos reformistas e reformadores, ousados e podemos construir um futuro muito melhor que as forças retrógradas que nos governam hoje nos podem prometer”, finalizou Passos Coelho, que criticou o arrefecimento da economia e a destruição de 20 mil postos de trabalho entre novembro e maio.

De acordo com o líder do PSD, o futuro é uma noção que deve pautar a ação política, referindo que “a política é o exercício de resolver o presente, respeitar e aprender com o passado e respeitar e libertar o futuro. Nos libertámos o futuro quando fechámos o memorando de entendimento com a troika. Somos mais livres para decidir do que fomos em 2011.”

Insistiu ainda que a “Europa por que lutamos não é uma Europa fechada, é uma Europa de mobilidade, em que todos nos possamos sentir europeus. Queremos uma Europa aberta, cosmopolita, em que os jovens se sintam cidadãos europeus também”. A Europa pela qual lutamos não pode estar condicionada pela demagogia, o populismo e o radicalismo. O líder social-democrata chamou a atenção para o facto de “a Europa precisar de mais jovens e de mais famílias que queiram crescer. Precisa de jovens de fora que ajudem a vencer os desafios atuais”.

Na sexta, dia 29 de abril, o secretário-geral do PSD José Matos Rosa participou na sessão de abertura do 24.º Congresso Nacional da JSD.

Simão Ribeiro quer combater visão socialista

Simão Ribeiro assegurou um “combate acérrimo” à visão política do Governo socialista, que acusa de retrocesso na juventude, esperando que a estrutura seja uma alavanca do PSD nas próximas autárquicas.

O presidente da JSD antecipou as linhas principais da moção de Estratégia Global que leva ao congresso, intitulada “Direito ao Futuro”, acusando o atual Governo socialista de ter matado “por completo o bom trabalho que tinha vindo a ser feito na área da Juventude em Portugal”. “Fazer um combate acérrimo e assertivo àquilo





que tem sido a visão política que este Governo tem para o país, entendendo a JSD que há necessidade de termos um novo rumo na liderança deste Governo que, sob o ponto de vista constitucional e legal tem toda a legitimidade, mas sob o ponto de vista político continuamos a achar que não tem legitimidade”, prometeu.

Ao “bom estilo da JSD”, Simão Ribeiro diz que não vai ser adotada “apenas a crítica fácil”, mas serão “sempre apresentadas propostas alternativas e concretas a tudo aquilo de que a JSD vai discordar”. “Vamos encarar como um grande desafio para futuro as próximas eleições autárquicas e desejo que a JSD tenha um papel bastante ativo naquilo que será a definição da política autárquica do próprio partido e naquilo que será a integração de gente com qualidade da JSD nas várias autarquias do país”, disse ainda.

O também deputado do PSD não quer “nem quotas nem percentagens mínimas” de elementos da estrutura

partidárias nas listas, mas defende que a “JSD seja uma alavanca importante e fundamental do PSD nestas próximas eleições autárquicas de 2017”.

Na moção, Simão Ribeiro destaca “a mobilidade social enquanto vetor transversal” e diz que “a mudança de Governo em Portugal foi um duro revés” na “visão corajosa sobre as políticas sustentáveis e de futuro” que o anterior executivo liderado pelo PSD/CDS desenvolveu.

“Enquanto se governar apenas pensando no voto dos eleitores, nenhuma mudança acontecerá em Portugal. Nada mudará para os jovens, para os imigrantes, para os pobres, para os ausentes, para os doentes e para todos aqueles cuja única esperança é chegar a sua vez de ter ‘direitos adquiridos’. Rejeitamos o imobilismo social em que o país parece viver”, criticou.

Simão Ribeiro dedicou ainda parte da sua moção à necessidade de melhorar a qualidade da Educação, Ensino Superior e Ciência para fomentar a mobilidade social.

Introduzir a obrigatoriedade da frequência do ensino pré-primário a partir dos 5 anos e a gratuidade do ensino pré-escolar a partir dos 2 anos, além da inclusão da disciplina de Cidadania e Política no currículo do ensino básico e secundário são algumas das propostas da JSD.

Em termos de ensino profissional, o líder da JSD considera que “urge reforçar a formação técnica e profissional, com especial atenção à valorização das competências tecnológicas nas áreas ditas tradicionais”.

Já no ensino superior, Simão Ribeiro quer “concretizar a reestruturação da rede”, avançando para um “sistema que promova a cooperação ou mesmo a integração de instituições de ensino superior com proximidade geográfica, mantendo significativos níveis de autonomia”.

A Juventude Social Democrata (JSD) realizou nos dias 29, 30 de abril e 1 de maio, na Batalha, distrito de Leiria, o 24.º Congresso Nacional.



Comemoração do 1.º de Maio

Governo destruiu 20 mil empregos

Em 1 de maio de 1886, realizou-se uma manifestação de trabalhadores em Chicago para reivindicar a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e, que teve a participação de milhares de pessoas. Nesse dia, há 130 anos exatos, teve início uma greve geral nos Estados Unidos da América. Os protestos prolongaram-se e, no dia 4 de maio de 1886, dezenas de pessoas foram mortas pela polícia na sequência de confrontos entre manifestantes e as forças policiais. Cinco sindicalistas foram condenados à morte e três outros condenados a pena de prisão perpétua. Em Portugal, só a partir de maio de 1974 (o ano da revolução do 25 de Abril, que derrubou a ditadura) é que se voltou a comemorar livremente o 1.º de maio e este passou a ser feriado. Durante a ditadura do Estado Novo, a comemoração deste dia era reprimida pela polícia.

Para celebrar o 1.º de Maio/Dia do Trabalhador, o presidente do PSD esteve num jantar, organizado pelos Trabalhadores Social Democratas (TSD), em Viseu, onde alertou para o ritmo de desaceleração na criação de emprego, que tem sido preocupante. Passos Coelho recordou que de novembro de 2015 a fevereiro de 2016 se destruíram em Portugal mais de 20 000 empregos. “Não só temos verificado uma taxa de desemprego estabilizada, como os dados da criação de emprego não são entusiasmantes. Porque é que o desemprego deixou de cair e porque é que se destruiu tanto emprego nos últimos quatro meses?”, questionou.

Pedro Passos Coelho alertou para a importância simbólica da data. “Havia condições para que o 1.º de maio fosse celebrado com confiança e esperança. Tínhamos tudo para pensar que 2016 seria um ano de crescimento, mas não creio que haja essa razão de celebração. Olho até com alguma preocupação. Se olharmos para os sinais, muitos não são positivos. A execução orçamental mostrou que a evolução da receita está muito longe daquilo que estava previsto”, afirmou o líder social-democrata.

Sobre a confiança dos consumidores, o líder do PSD afirmou que esta tem vindo a decrescer, em parte por causa do exercício de governação. Pedro Passos Coelho acusou o Governo de pouco estar a fazer para aumentar os níveis de confiança. Muito pelo contrário. “Assistimos a um exercício de governação que alguns caracterizam como muito habilidoso. Cada vez que ouço os membros do Governo explicar o Programa de Estabilidade só os ouço dizer o que não vai acontecer. Gastam imenso tempo a desfazer papões. Papões que ninguém criou, a não ser o próprio governo”, disse. “É difícil criar confiança quando não assumimos as políticas. No passado, tivemos de tomar medidas difíceis e dizíamos quais eram. Hoje em dia, quem ouve o Governo falar, fica com a convicção de que está tudo bem, mas para que tudo corra bem, nada está escrito. Podemos fazer perguntas, mas normalmente a maioria não responde.”

Na oposição, o Partido Social Democrata não faz birras nem espera que o Governo se demita. Da parte do PSD, os portugueses podem esperar que se peça contas a esta maioria, apesar de eles não as prestarem. O líder social-democrata afirmou que “estar na oposição não nos impede de dizer o que faríamos pelo país, como fizemos agora no Programa Nacional de Reformas. Para nós, o país precisa de uma segunda vaga de reformas estruturais. Os partidos da extrema-esquerda chumbaram tudo o que o PSD propôs, não se dignaram a discutir o assunto. O PS achou que ficava mal chumbar tudo, por isso absteve-se e aprovou umas quantas.” O Partido Social Democrata não está preso no passado e sempre teve a ambição de criar emprego e atrair investimento para Portugal. Uma ambição que não se vê na maioria.

Sobre a atual maioria, o presidente do PSD afirmou que pouco se sabe sobre o que aí vem: “em que impostos o Governo vai mexer? Como é que podemos esperar investimento se o Governo não esclarece como vai tratar





Social De
para um País

Social Democracia
para um País mais justo. TSD

www.tsd.pt

www.tsd.pt

a receita e a despesa? Por que é que o Governo só mostra respeito pela concertação social nas matérias sobre as quais não lhe dá jeito pronunciar-se? É muito difícil gerar confiança neste ambiente. Isto é uma desmobilização para as pessoas e para a economia”.

Pedro Passos Coelho afirmou ainda que a solução para o crescimento não passa por arrastar os problemas. O modelo que esta maioria está a seguir não responde verdadeiramente aos problemas do país, traduz sim “um modelo social e económico que já provou estar errado e que hoje nos vai penalizar de uma forma mais gravosa do que no passado. A obrigação deste Governo era fazer com que as empresas de rating que ainda nos dão uma má qualificação nos considerem atrativas para o investimento e não lixo”.

O presidente do PSD prosseguiu, com uma mensagem de alerta: “Estamos a seguir um modelo errado. Vamos ter um novo resgate? Não. Não tem de ser assim. Mas se continuarmos neste modelo económico teremos uma morte lenta. Andaremos a crescer 1%, 1,5% ou talvez 2%, com um desemprego elevado, e com as pessoas sem grande perspectiva de desenvolver o seu negócio porque o condicionamento social e económico se irá manter. Não foi para isso que trabalhamos. Não trabalhamos apenas para estar a tona de água. Temos o direito de ter uma economia mais forte, com emprego mais pujante e com maior segurança para as pensões dos idosos.”

Sobre o futuro, Pedro Passos Coelho espera que “em outubro ou novembro, quando discutirmos o Orçamento do Estado para 2017, que a maioria que nos governa assumam as responsabilidades pelas decisões que tomou até aqui, que nos fizeram perder emprego e ter os consumidores de pé atrás”. O líder social-democrata afirmou ainda que é importante não andar sempre em campanha eleitoral: “O PSD não tem de deitar abaixo o Governo porque não é assim que a democracia funciona. Essa é a mentalidade desta maioria. Sempre quiseram deitar abaixo o nosso Governo, mas a nossa lógica não é essa”.

“O país não é um brinquedo de políticos”, declarou o presidente do PSD, acrescentando que “quem governa tem de mostrar o que vale. Quando precisar de corrigir as decisões erradas para fazer crer que as pessoas podem



viver na ilusão de ter mais do que a economia consente, a maioria tem de se mostrar adulta a aprovar as medidas necessárias”.

Pedro Passos Coelho terminou com uma mensagem para os TSD, dando-lhes motivação para seguir a ambição de querer fazer mais por Portugal. “Os trabalhadores já provaram que sabem enfrentar a realidade e vencer as dificuldades. Temos de retribuir o reformismo necessário para que as perspectivas melhorem para futuro. Tenho a certeza que os TSD têm essa ambição, porque são feitos da mesma massa do PSD, que sabem projetar a dignidade no futuro”.

Em Viseu: “Governo gasta imenso tempo a desfazer papões”

O líder do PSD acusou ainda o Governo de perder imenso tempo a desfazer os “papões” que vai criando, inculcando assim nos portugueses a ilusão de que com isso o país está “a ganhar imensas coisas”. “Normalmente os membros do Governo gastam imenso tempo a desfazer ‘papões’ que ninguém criou e não ser o próprio Governo.



Durante semanas o Governo faz chegar à comunicação social as informações mais dramáticas e depois aplica-se, nas semanas seguintes, a desmenti-las e acha que com isso ganhou imensa coisa”, alegou.

Na intervenção do jantar promovido pelos TSD, Passos Coelho apontou como exemplo a forma como o Governo abordou a questão do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). “Poupou-se o aumento do IVA como se alguém tivesse pedido o aumento do IVA, preparam-se para dizer que vão poupar muitas europeias, mas já ouviram a Comissão Europeia ameaçar com multas? Hoje um jornal fala nas multas em que ninguém tinha ouvido falar e daqui a uns dias ou semanas temos o Governo a dizer que salvou o país das multas e que é uma coisa muito importante”, referiu.

Ao longo de mais de meia hora, o líder social-democrata aludiu ao Programa de Estabilidade, sublinhando que o Governo só diz “o que não está lá” em relação ao IVA, ao Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS), a salários e pensões. “Mas depois não sabe porque não está lá, o que deve garantir, segundo o Governo, a descida da despesa pública e o aumento da receita. O Programa de Estabilidade diz que a receita vai aumentar muito e a despesa vai baixar para um nível tal que não há nenhum país na OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico] que tenha com percentagem do PIB uma despesa tão baixa do Estado, mas então a gente pergunta como vai fazer isso?”, questionou.

No seu entender, é muito difícil um Governo criar confiança quando não assume as próprias políticas a seguir. “Nós no passado, infelizmente, tivemos de dar a cara por essas políticas difíceis: não andámos a dourar a pílula. Era preciso tomar medidas difíceis e nós tomámo-las e dizíamos quais eram”, acrescentou.

De acordo com Passos Coelho, quem ouve o Governo e a maioria falar “fica com a convicção de que tudo vai correr muito bem”. “Mas tudo o que é importante para que corra bem não é dito, não é escrito, nem comunicado aos portugueses, nem vem em nenhum anexo esconso ou em discurso direto”, concluiu.

Passos Coelho felicita o ciclista José Gonçalves

O presidente do PSD felicitou o ciclista português José Gonçalves pela brilhante vitória obtida, dia 1, na Volta à Turquia em bicicleta. José Gonçalves, que se distinguiu na “Vuelta” do ano passado, nomeadamente no Prémio da Combatividade, conseguiu na Turquia uma vitória numa prova importante do calendário internacional por etapas. Para Passos Coelho, José Gonçalves é um exemplo de combate e abnegação para a juventude que merece ser salientado.



O presidente do PSD em Aveiro

“Maioria está a criar mais dificuldades para o futuro”



O presidente do PSD afirma esperar que a esquerda “não se ponha ao fresco”, quando tiver que corrigir as políticas que estão a ser seguidas e que o Governo “não se demita à primeira dificuldade”. “Haverá um dia em que o Governo vai ter de corrigir [as políticas que está a emprender] e espero que não se ponha ao fresco, como em 2011. Deve ser este Governo e a sua maioria a corrigir os erros que estão a cometer porque tem essa responsabilidade. Espero que a maioria aprove os Orçamentos do Estado de 2017 e 2018. Não contem para isso connosco e não vale a pena virem depois com crises políticas”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O líder do PSD, que falava em Aveiro onde deu posse aos novos órgãos distritais do PSD, dia 30 de abril, assegurou que o PSD “não tem pressa” em voltar à governação e por isso não pede a demissão do Governo, porque “em democracia quem governa deve ter a oportunidade de mostrar o que vale”.

Para Passos Coelho, o executivo de António Costa está a “meter a cabeça na areia, como no passado, o que se vai pagar caro”, e só não quer rever as contas [Orçamento Retificativo] porque tinha de dizer aos portugueses que, afinal, a realidade não é a que estão a prometer”.

Criticou ainda António Costa por dizer que o crescimento económico de 2015 foi aparente quando o “demonstram o Banco de Portugal, O INE [Instituto Nacional de Estatística] e as Contas Públicas”, admitindo apenas que “a situação se complicou no final de 2015, com a perspetiva de crise política, cuja responsabilidade cabe à atual maioria”. “É verdade: no final de 2015 o investimento parou, as pessoas tiveram medo, a atividade económica parou”, alertou o líder social-democrata, lembrando que assumiu o “legado” que deixou “de um ciclo duro de ajustamento, em que o essencial foi feito, o que permite ao atual Governo reduzir a austeridade”.

“Com o défice que, sem a banca, seria de 2.8% em 2015 e que há muitos anos não era tão baixo e um desemprego em 12%, que no passado havia chegado aos 17%, o caminho estava correto”, insistiu Passos Coelho, para quem o Governo e a maioria que o suporta no parlamento estão a desperdiçar as condições criadas e a criar mais dificuldades para o futuro, ao reverter as medidas que haviam sido tomadas.



Maria Luís Albuquerque no parlamento

Maioria de esquerda é responsável pelos Programas apresentados

A deputada social-democrata Maria Luís Albuquerque atribuiu a total responsabilidade ao PCP e BE em futuros “planos B, C ou D”, dizendo que os partidos da esquerda não podem “tirar o cavalinho da chuva” dos Programas de Estabilidade e de Reformas. “Não vale a pena o PCP tentar tirar o cavalinho da chuva. Todos nesta maioria, PS, PCP e Bloco, são responsáveis por este Programa de Estabilidade, por este Programa Nacional de Reformas e por todas as consequências que terão para o país”, afirmou Maria Luís Albuquerque no parlamento, dia 27.

Na discussão em plenário do Programa de Estabilidade e do Programa Nacional de Reformas, a ex-ministra das Finanças defendeu que não vale a pena PCP e BE dizerem “que só concordam com o que não está lá, porque os portugueses não deixarão de perceber a quem cabe a responsabilidade pelo que vier a estar nos planos B, C ou D que serão forçados a pôr em prática para anular os efeitos da irresponsabilidade orçamental”.

Maria Luís Albuquerque pediu que os deputados não usem “um determinado tipo de linguagem que não é típico” do parlamento e tornou a implicar PCP e BE nas soluções dos programas. “Se não querem estar na Europa, não formem Governo com um partido que diz quer cumprir as regras da Europa”, afirmou.



Maria Luís Albuquerque defendeu que o Programa de Estabilidade é “irrealista nas projeções e vazio nas medidas” e o Programa Nacional de Reformas “simplesmente não contém reformas”. “Não é possível descortinar uma única reforma de fundo capaz de melhorar a capacidade de crescimento da economia, de criar a riqueza que a cada passo afirmam querer distribuir. O que evidencia são profundas inconsistências entre as ‘promessas’ que inclui e os objetivos do Programa de Estabilidade”, argumentou.

Maria Luís Albuquerque ilustrou com os funcionários públicos, afirmando que no Programa de Estabilidade sofrem “uma redução acentuada” e no Programa Nacional de Reformas é anunciada “a contratação de milhares de funcionários públicos na saúde, na investigação, na saúde, na investigação, na educação”.

A deputada do PSD sublinhou ainda que o Programa de Estabilidade não inclui o efeito das reformas a concretizar pelo Governo. “O próprio Conselho das Finanças Públicas afirma não ter conseguido obter essa informação. A UTAO realça também a falta de informação sobre a natureza e impacto das medidas de consolidação contra

cíclicas, não incluídas no programa de estabilidade, ao contrário do que sucedeu em anos anteriores. Porque será, senhores deputados?”, questionou.

“Prefere o primeiro-ministro vir a apresentar as medidas como tendo sido impostas por Bruxelas? Prepara-se para dizer aos portugueses que não queria, mas que foi obrigado? Isto só demonstra falta de convicções e de princípios”, declarou.

“Contradição insanável” entre discurso do Governo e programas de Estabilidade e de Reformas

O PSD defende que há “contradição insanável” entre os programas de Estabilidade e de Reformas e o discurso do Governo.

Pelo PSD, o deputado Miguel Morgado teceu duras críticas à atuação do executivo, designadamente “à linha de reversão das reformas estruturais que se encontravam em curso no país”. “O Programa Nacional de Reformas

não tem reformas e o Programa de Estabilidade é uma via para a instabilidade”, apontou Miguel Morgado.

Depois de advertir o executivo socialista para o facto de o problema do país não se situar ao nível das taxas de execução de fundos comunitários, mas sim na qualidade da execução desses fundos, Miguel Morgado considerou que estes programas de Reformas e de Estabilidade do Governo, que terão de passar em breve pelo crivo de Bruxelas, não aferem o impacto das medidas previstas ao nível do Produto Interno Bruto (PIB).

“Há uma contradição insanável entre o discurso do Governo e projeções de crescimento medíocre”, sustentou, antes de criticar também a “ausência de fundamentação” no que respeita às variáveis apresentadas no Programa de Estabilidade, cuja meta passa por Portugal ter um excedente orçamental em 2020.

O deputado afirmou que este documento faz um elogio ao crescimento de 2015 e à alteração estrutural da economia portuguesa nos últimos anos e elogia o efeito nas perspetivas de crescimento das reformas que agora estão a revogar.

Miguel Morgado pediu ao Governo para se corrigir, antes que a realidade o venha a corrigir: “Peço que o Governo se corrija a si próprio antes que a realidade corrija o Governo”.



José Matos Rosa e Teresa Morais nas Caldas da Rainha

O secretário-geral do Partido Social Democrata José Matos Rosa e a vice-presidente Teresa Morais estiveram na sessão de tomada de posse dos órgãos de Seção do PSD das Caldas da Rainha, sábado, 30 de abril de 2016.



Orçamento Participativo de Lisboa “tem funcionado mal”

Para o vereador do PSD na Câmara de Lisboa António Prôa, o Orçamento Participativo do município “tem funcionado mal recorrentemente”, em virtude dos atrasos na concretização das obras e à falta de informação sobre os projetos vencedores.

Numa reunião pública do executivo, o social-democrata salientou que o Orçamento Participativo (OP) da cidade apresenta “algumas fragilidades”.

Baseando-se num balanço feito pelo PSD sobre as oito edições do programa, o autarca falou em “dois problemas”: um relacionado com os “atrasos sistemáticos” na concretização das obras referentes aos projetos vencedores e outro sobre a “falta de informação”, que impede “os agentes políticos e os cidadãos de acompanhar o projeto”.

De acordo com o vereador, “criaram-se expectativas aos cidadãos com os projetos”, que “chocam” com as obras já concretizadas. “Não é verdade que a [taxa de] execução chegue aos 50%”, assinalou.

O OP vai agora na nona edição e, até 12 de junho, os residentes, estudantes, trabalhadores e representantes associativos em Lisboa, com mais de 18 anos, podem apresentar suas ideias para a cidade.

Ainda no período antes da ordem do dia, a vereadora do PSD Alexandra Barreiras Duarte questionou a maioria socialista no executivo sobre os problemas que podem advir do acesso automóvel ao restaurante de “fast food” que irá nascer no antigo edifício Caleidoscópio, no Campo Grande, juntamente com um centro académico da Universidade de Lisboa.

António Prôa também se pronunciou sobre a Feira Popular, defendendo que a comissão de acompanhamento da nova Feira Popular – composta por moradores, comerciantes, partidos políticos e pela Junta de Freguesia de Carnide – “pode ter um papel mais a sério”. “Não basta assistir às apresentações, este grupo deve servir para influenciar e condicionar o desenvolvimento do projeto”, adiantou.



Eliminação dos limites de endividamento municipal é preocupante



O ex-secretário de Estado da Administração Local e deputado do PSD António Leitão Amaro manifestou estar preocupado com a decisão de se eliminar, parcialmente, os limites de endividamento municipal, medida que integra o Orçamento do Estado. “É uma decisão que me preocupa. Voltamos a ter duas contas [de dívida nos municípios], uma das quais é uma conta irrestrita. Acho que dá um sinal errado”, defendeu o deputado social-democrata, à margem de um debate sobre o estudo “Empresas privadas e municípios: dinâmicas e desempenhos”, apresentado nos Paços do Concelho de Lisboa, 26 de abril.

António Leitão Amaro afirmou que percebe “a necessidade e a bondade” desta decisão, acrescentando que “era uma pressão” do setor autárquico para a qual se debatia várias vezes aquando a elaboração do quadro de programação de fundos comunitários Portugal 2020, devido à necessidade dos municípios disporem de verbas para executar obras. “Preocupa-me muito uma decisão recente de retirar, eliminar, parcialmente, os limites de endividamento municipais”, reforçou o ex-secretário de Estado da Administração Local.

Para o deputado do PSD, o estudo “Empresas privadas e municípios” comprova que as Câmaras Municipais são importantes para “unir a dinâmica económica, a criação de riqueza e, consequentemente, o emprego”, frisando que as autarquias contam onde quer que estejam

e onde quer que seja a sua dimensão. “Uma boa autarquia pode ajudar, efetivamente, a que haja crescimento económico no seu território. Isso não é apenas no litoral, isso não é apenas nas Áreas Metropolitanas”, frisou o social-democrata, referindo que não importa a localização, nem a dimensão do município.

António Leitão Amaro considerou ainda que a boa gestão financeira dos municípios “não é apenas um ativo político”, explicando que é também um ativo gerador ou associado à boa dinâmica empresarial e de atração de atividade económica.

O deputado advoga que ter “boas contas” financeiras nas autarquias transformou-se num “fator eleitoral muito importante”, expressando que, “curiosamente, não há Assembleia Municipal de encerramento de contas que agora não termine com a grande proclamação de ‘reduzi o endividamento’”.

“Acho que o país ainda não percebeu bem e não valorizou bem o esforço extraordinário de ajustamento financeiro, que dá lições aos Governos nacionais, desde algumas décadas, que o setor municipal fez nos últimos quatro, cinco anos”, declarou o deputado do PSD, dando como resultados deste esforço a redução de endividamento dos municípios em 1/3, a redução dos pagamentos em atraso em mais de 75% em cerca de três anos e a redução estrutural, que contribuiu para a redução da despesa primária, com uma redução de trabalhadores e de estruturas dirigentes.

O estudo “Empresas privadas e municípios: dinâmicas e desempenhos”, assinado por José Tavares, Ernesto Freitas e João Pereira dos Santos, e que conta com o selo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, conclui que a capacidade institucional dos municípios afeta as empresas privadas localizadas em cada território, especialmente quanto à capacidade de gerar maior volume de negócios. A influência entre empresas privadas e municípios dá-se ao nível das “decisões de entrada e de saída do mercado, assim como ao nível da capacidade das empresas para gerarem maior volume de negócios e maior valor acrescentado, melhores resultados e maiores taxas de rentabilidade”, indica o estudo. Este trabalho debruçou-se sobre todos os municípios portugueses e estudou o período entre 2003 e 2012, com o objetivo de “conhecer de que forma a atuação das instituições municipais está associada ao nascimento, desempenho e morte das empresas privadas”.

Deputados questionam Governo sobre aproveitamentos hidroagrícolas para Viseu

Os deputados do PSD, eleitos por Viseu, perguntaram ao Ministério da Agricultura se pretende executar os aproveitamentos hidroagrícolas da Nave e da Boavista, no concelho de Moimenta da Beira, e de Temilobos, Armamar. Na pergunta apresentada na Assembleia da República, os deputados referem que “o Plano Nacional de Reformas, com grande pompa e circunstância agora anunciado pelo Governo, promete um investimento total superior a 25.000 milhões de euros até 2020, dos quais 426 milhões se destinam à construção e requalificação da rede de regadio nacional”.

Lembrando a importância da sub-fileira da maçã no contexto da agricultura nacional, que “representa uns expressivos 7% de toda a produção vegetal nacional”, os sociais-democratas sublinham que metade da produção é oriunda dos municípios de Armamar, Moimenta da Beira, Lamego, Sernancelhe e Tarouca, que “constituem a maior mancha de produção de maçã a nível nacional”.

“Acrece ainda que é nesta área geográfica do norte do distrito de Viseu que se verifica a maior taxa de crescimento de novas plantações de macieiras”, referem.

Para os deputados social-democratas, trata-se de “uma das regiões que mais pode contribuir para o desígnio nacional” de alcançar o equilíbrio da balança comercial agrícola até ao final da década. “Apesar de falarmos de municípios do interior e muito carentes de oportunidades, é bem visível o dinamismo dos agentes económicos locais da sub-fileira em apreço, impondo-se a obrigação de uma atenção muito especial do Governo a esta região”, defendem.

Nesse âmbito, os deputados do PSD consideram “vital e imperiosa a intervenção do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural na ampliação da rede de regadio de suporte à sub-fileira da maçã, em concreto por via da construção de três infraestruturas unanimemente consideradas estratégicas e decisivas para que a atividade agrícola seja, aí, competitiva e sustentável”.

Segundo os deputados, os aproveitamentos hidroagrícolas da Nave, da Boavista e de Temilobos “foram devidamente sinalizadas e listados na Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 e “têm contado com o inexcedível empenhamento dos presidentes de Câmara de Moimenta da Beira e de Armamar, que tudo têm feito no sentido de garantir a sua concretização”.

“Considerando que os respetivos projetos estão em fase de conclusão, são reputados de viáveis e de interesse regional pela DGADR (Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural) e sobretudo que o Governo, por via do Plano Nacional de Reformas, promete que as obras de regadio arrancarão no início de 2017, está na hora das decisões”, consideram.

Por isso, os deputados do PSD querem saber se o ministério “já estabeleceu as prioridades das obras de regadio” e se os aproveitamentos hidroagrícolas de Moimenta da Beira e de Armamar vão ser executados.

Ovar

PS e CDS violam direitos ao impedir votação sobre desagregação de freguesias

O PSD/Ovar acusou o PS e o CDS-PP de violarem os “mais elementares direitos” do PSD ao impedirem a votação da proposta para desagregação da União de Freguesias de Arada, Ovar, São João e São Vicente Pereira. “Na Assembleia da União de Freguesias de Arada, Ovar, São João e São Vicente Pereira, de sexta-feira, dia 29, a maioria do Partido Socialista e do CDS/PP impediu a votação da proposta agendada pelo grupo do PSD que propunha a desagregação da União de Freguesias”, lê-se numa nota de imprensa enviada pelo PSD/Ovar à comunicação social.

Os sociais-democratas de Ovar classificam esse impedimento da votação da proposta como uma violação de direitos. “Esta foi mais uma violação, crassa e patente, dos mais elementares direitos do PSD, enquanto oposição legitimamente eleita que apenas, como sempre foi seu timbre nesta matéria, pretende estar ao lado das populações da freguesia da União”.

A proposta do grupo do PSD na Assembleia da União de Freguesias de Ovar, Arada, S. João e S. Vicente Pereira previa a reversão da atual divisão administrativa das freguesias do concelho de Ovar, recordando que o secretário de Estado da Administração Local disse recentemente que “o Governo atual pretende este ano fazer a reavaliação do processo de agregação de Freguesias no sentido de corrigir eventuais erros”.

O documento do PSD/Ovar refere também que constava da proposta o “desejo de reposição do quadro administrativo para que a Freguesia de Arada, volte a ser uma realidade, conforme vontade da sua população”.

O grupo do PSD na Assembleia da União de Freguesias de Ovar, Arada, S. João e S. Vicente propunha que as Freguesias de Ovar, Arada, S. João e S. Vicente Pereira voltassem a possuir o “estatuto que lhes foi retirado, mantendo os territórios anteriormente definidos e todas as competências que a Lei lhes consagra” e que fossem desencadeados os “procedimentos legais necessários à reversão”.

Três milhões de euros para reintegrar desempregados com mais de 35 anos

A Comissão Europeia abriu, dia 27 de abril, o prazo para a apresentação de propostas à iniciativa ‘Reactivate’, destinada a desempregados com mais de 35 anos. A data limite para apresentação de propostas é 1 de julho de 2016 e os projetos podem ser iniciados em novembro deste ano.

Este novo programa de combate ao desemprego foi proposto e apresentado pelo eurodeputado José Manuel Fernandes e aprovado na Comissão de Orçamentos. A Comissão Europeia atribuiu nota máxima na classificação desta iniciativa, que foi dotada de um montante de três milhões de euros para este ano de lançamento. “O objetivo é ajudar os desempregados com mais de 35 anos a tirarem partido dos milhões de ofertas de emprego que a União Europeia disponibiliza diariamente e, assim poderem adquirir novas competências profissionais e valorização profissional”, explicou José Manuel Fernandes, coordenador do Grupo Partido Popular Europeu (PPE) na comissão dos orçamentos.

O programa disponibiliza diversos apoios ao candidato, designadamente no plano das qualificações e linguístico, se necessário, e também à empresa que o acolhe. O contrato deverá ser de seis meses. Desta forma, o candidato melhora as suas competências e terá mais facilidade em regressar ao mercado de trabalho.

O eurodeputado do PSD explica que “na União Europeia existem já vários programas para apoiar o emprego jovem, para pessoas até aos 35 anos, de que são exemplos a Iniciativa Emprego Jovem e ‘O Teu Primeiro Emprego EURES’, que nasceu precisamente de um projeto-piloto” proposto também por José Manuel Fernandes.

Ao registar a ausência de programas específicos de apoio ao emprego para pessoas com mais de 35 anos de idade, o eurodeputado decidiu avançar com a proposta de lançamento desta nova Ação Preparatória, que poderá vir a ser consolidada num futuro novo programa comunitário.

A iniciativa pode ser consultada através do “link”: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=629&langId=en&callId=485&furtherCalls=yes>.

Projetos-piloto e ações preparatórias

A apresentação das ações preparatórias, assim como dos projetos-piloto, é um dos instrumentos que os deputados ao Parlamento Europeu detêm no contexto das suas competências, para abrirem novas linhas de apoios para objetivos e situações que não podem ser financiados pelos programas já existentes.

Os projetos-piloto e ações preparatórias permitem lançar novas políticas, testar a sua viabilidade e preparar programas comunitários com interesse para os cidadãos europeus. Revestem-se de natureza experimental destinados a testar a viabilidade e utilidade da iniciativa, cuja execução é da responsabilidade da Comissão Europeia.

Nas ações preparatórias, as dotações de autorização correspondentes podem ser inscritas, no máximo, em três exercícios orçamentais sucessivos. Nos projetos-piloto, as dotações podem ser inscritas num máximo de dois exercícios orçamentais sucessivos.

À Comissão Europeia cabe ainda fazer uma avaliação dos projetos apresentados pelos deputados, sendo a classificação máxima ‘A’ – nota atribuída à ação preparatória ‘Reactivate’. Os projetos com classificação ‘B’ têm também viabilidade para financiamento, ao contrário do que acontece com as classificações ‘C’ e ‘D’.

Debate quinzenal

Governo esconde “plano de contingência” orçamental

O líder parlamentar do PSD questionou o primeiro-ministro sobre um alegado “anexo secreto” do Programa de Estabilidade enviado para a Comissão Europeia, com um “plano de contingência” orçamental. “O que andam os senhores a esconder do parlamento e dos portugueses? Que cortes é que há nesse plano secreto na área da saúde e na área da educação”, perguntou Luís Montenegro, durante o debate quinzenal, 28 de abril.

Luís Montenegro desconfia que possa existir “derrapagem” da receita na execução orçamental e interrogou se isso não levará o Governo a alterar os cabazes de produtos das taxas do IVA. A esse propósito, o presidente do grupo parlamentar perguntou se “os cabazes de produtos de bens e serviços que estão nas taxas atuais vão ser alterados” para fazer face a “eventuais desvios” na execução orçamental.

Luís Montenegro retorquiu: “Ficámos a saber que a única coisa que vai alterar no IVA é o IVA da restauração. É a sua palavra dada”. O líder da bancada social-democrata acusou o executivo do PS de estar a “criar uma narrativa” negativa sobre os resultados da anterior governação PSD/CDS-PP para tentar explicar “eventuais maus resultados” na execução orçamental. “Daqui para frente não há desculpa. Que o passado não sirva de desculpa à execução do Orçamento do Estado para 2016”, declarou.

Sobre a execução orçamental do corrente ano, Luís Montenegro sustentou: “Já estamos em derrapagem. É ver a execução orçamental nomeadamente do lado da receita, e nomeadamente do lado da receita do IVA”.

O social-democrata manifestou dúvidas de que “eventuais desvios” possam ser supridos “pelo combate à fraude” ou “por cativações adicionais”. “Nós estaremos para ver como é que se vão executar”, disse. “Nós cá ficaremos a aguardar para verificar”, reforçou.



No final do debate, Luís Montenegro fez uma interpeção à mesa “sobre a condução dos trabalhos” pedindo esclarecimentos sobre a natureza do documento que tinha sido distribuído pelo Governo. “O que é isto? Que medidas são estas? Isto é um plano de contingência orçamental de 2017 a 2020 ou não?”, perguntou. “Uma vez que isto é de 2017 a 2020, quer dizer, portanto, que não há nenhum plano de contingência para 2016?”, interrogou.

O líder parlamentar do PSD questionou ainda o chefe do Governo sobre “como está o dossiê das 35 horas” na função pública, e o primeiro-ministro respondeu que espera que seja aprovado “rapidamente” pelo parlamento, para que sejam aplicadas a partir de 1 de julho como previsto.

Por outro lado, confrontou-o com declarações do secretário de Estado do Tesouro, Ricardo Mourinho Félix, sobre o BPI, em que este considerou que “nem sequer fazia sentido” o Governo estar “a acompanhar negociações entre dois acionistas privados”. “O secretário de Estado do Tesouro e das Finanças agora corrige o senhor primeiro-ministro? Ainda não conseguiu arranjar tempo para responder às perguntas que o PSD lhe dirigiu? É porque não estão de acordo entre o Ministério das Finanças?”, questionou.

Após o debate, o líder parlamentar do PSD prestou declarações aos jornalistas para dizer que só pode interpretar a resposta do primeiro-ministro “como uma negação da existência quer de um plano de contingência para a execução orçamental de 2017 a 2020 quer relativamente a 2016”.

De acordo com Luís Montenegro, o primeiro-ministro deu “uma resposta indireta”, mas indicou “a não existência de um plano de contingência para 2016 e 2017”. Se não for assim, significa que “anda a esconder e a



ocultar dos portugueses informação que é muito relevante”, concluiu.

O Governo escolheu para tema do debate quinzenal com o primeiro-ministro na Assembleia da República a “situação económica e social”. O Programa de Estabilidade (2016/2020), que terá ainda de passar pelo crivo das instituições europeias, em maio, aponta em linhas gerais para um défice de 1,4% em 2017, descendo para 0,2% em 2019, até se atingir um saldo positivo de 0,4% em 2020; e para um crescimento de 1,8% em 2017, subindo para 1,9% em 2018 e para dois por cento em 2020. O debate quinzenal aconteceu dois dias depois de ter sido divulgada a execução orçamental relativa ao primeiro trimestre. Os dados da Direção Geral do Orçamento (DGO) dão conta de um défice orçamental, em contas públicas de 823,9 milhões de euros até março, mais 107,9 milhões de euros do que o registado no primeiro trimestre do ano passado.

Carlos Abreu Amorim

PSD condena “atitude arrogante” de Vítor Constâncio



O deputado Carlos Abreu Amorim condenou a “atitude arrogante e de alguma soberba” de Vítor Constâncio, vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE), exigindo que o responsável preste depoimento na comissão de inquérito parlamentar ao Banif. “O PSD insiste na necessidade de esta comissão parlamentar de inquérito ouvir o dr. Vítor Constâncio. Não nos conformamos com a sua recusa e faremos todos os esforços para que venha presencialmente a esta comissão ou então que o faça através de videoconferência”, afirmou o coordenador do grupo parlamentar do PSD neste órgão parlamentar.

“É no parlamento português que o dr. Vítor Constâncio tem que dar explicações sobre o seu papel no Banif. Ainda ontem comemorámos o 25 de abril e é em homenagem ao 25 de abril e à democracia parlamentar que o dr. Vítor Constâncio tem que dar explicações ao parlamento”, reforçou Abreu Amorim, à margem dos trabalhos da comissão de inquérito, dia 26.

Questionado sobre se esta exigência é extensível a Vítor Gaspar, antigo ministro das Finanças do governo de Passos Coelho, que foi substituído por Maria Luís Albuquerque, e que atualmente desempenha funções de diretor do departamento de assuntos orçamentais do Fundo Monetário Internacional (FMI), o deputado do PSD foi perentório. “É extensível a Vítor Gaspar. Mas não houve recusa de Vítor Gaspar em colaborar com esta comissão, mas houve um anúncio de recusa de Vítor Constâncio”.

O deputado social-democrata acrescentou que as perguntas para Vítor Gaspar responder por escrito, uma vez que alegou indisponibilidade para vir a Portugal nos tempos mais próximos, vão ser enviadas ainda no decorrer desta semana.

Abreu Amorim apontou ainda para a necessidade de haver uma alteração ao nível da legislação europeia, de modo a garantir que as instituições europeias que interferem nas decisões internas dos Estados-membros tenham o “dever democrático de dar satisfação plena aos pedidos de colaboração dos parlamentos nacionais”.

O deputado destacou ainda que Vítor Constâncio, que já foi governador do Banco de Portugal antes de ir para Frankfurt, participou presencialmente na segunda comissão de inquérito ao Banco Português de Negócios (BPN) e na comissão de inquérito ao Banco Espírito Santo (BES), desta feita por escrito, para insistir na sua colaboração com a comissão

de inquérito ao Banif.

Vítor Constâncio afirmou recentemente que a comissão parlamentar de inquérito ao Banif não endereçou qualquer pedido de depoimento e que o BCE só “responde perante o Parlamento Europeu”.

PSD quer que o Ministério clarifique posição sobre o projeto “o Joãozinho”

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Miguel Santos revelou que o PSD vai exigir ao Governo que assuma uma posição em relação ao projeto de construção da nova ala pediátrica do Hospital de São João do Porto. “As entidades públicas não podem-se abstrair da construção da nova ala pediátrica. Temos o projeto de apoio por parte da sociedade civil denominado ‘o Joãozinho’, mas as entidades públicas têm de assumir que ‘o Joãozinho’ é a nova ala pediátrica do São João”, declarou Miguel Santos.

O deputado social-democrata falava, dia 2, aos jornalistas no final de uma reunião com a administração do Centro Hospitalar de São João, cujo objetivo era analisar em que ponto se encontra aquele projeto, nomeadamente as razões e motivos de suspensão da respetiva empreitada.

De acordo com Miguel Santos, a administração do centro hospitalar esclareceu que a obra acabou suspensa por “incompatibilidades técnicas, de compatibilização do andamento dos trabalhos com a necessidade deslocalização do serviço que está neste momento a ocupar um dos edifícios”. “Com alguma dificuldade de antever a continuidade da obra, ou seja o arranque da fase seguinte, a administração tem algum receio de deslocar o serviço e depois a obra não ter essa continuidade”, acrescentou o deputado.



O PSD defende que “é necessário uma ala pediátrica. O projeto não previa investimento público, mas agora a administração considera que tem de haver uma componente pública. O que é preciso é que haja uma solução para a conclusão do projeto e que cada um assuma as suas responsabilidades”. “Estamos verdadeiramente preocupados com este projeto. Vamos questionar o Governo por escrito, de uma forma formal, que é para termos uma certeza maior nas respostas”, sublinhou.

Em causa está uma empreitada que é financiada por fundos privados, angariados através da Associação Humanitária “Um Lugar Pró Joãozinho”. O novo espaço destinado ao internamento pediátrico do CHSJ, que funciona desde 2011 em contentores, prevê a construção de três novos pisos sobre dois já existentes numa zona integrada do edifício principal do hospital, perto da urgência pediátrica. As obras da nova ala pediátrica arrancaram em novembro de 2015 e foram suspensas no início de março deste ano, porque, segundo a associação, o Centro Hospitalar não libertou o espaço necessário à sua continuação, mas este, em comunicado, garantiu que “não há razões imputáveis ao CHSJ que justifiquem a paragem dos trabalhos”. O CHSJ considerou mesmo, na mesma nota, que as obras suspensas só serão possíveis com recurso a investimento público.

Vinda das companhias aéreas de baixo custo é uma boa notícia para a Ilha Terceira



O grupo parlamentar do PSD/Açores considera que o anúncio, por parte do primeiro-ministro António Costa, da vinda de companhias “low cost” “é uma boa notícia para a Ilha Terceira e para os Açores”.

De acordo com o deputado Luís Rendeiro, “o PSD-Açores congratula-se pelo facto do atual governo da República ter dado seguimento ao trabalho já realizado por Passos Coelho e pelo anterior Governo do PSD/CDS-PP e de, tal como já havia sido previsto no ano passado, se terem encontrado meios, junto do Fundo de Turismo de Portugal, para tornar a operação das companhias “low cost” na Terceira uma realidade”, avançou.

“Foi uma boa notícia no passado. Continua a ser uma boa notícia hoje”, qualificou o social-democrata.

Luís Rendeiro frisou que o PSD-Açores “faz votos para que, desta vez, aqueles que no passado colocaram todo o tipo de entraves à concretização desta medida, sejam agora capazes de fazer todos os esforços para que o anúncio se torne uma realidade o mais rapidamente possível”.

O deputado acrescentou que se aguarda agora, “com natural expectativa, que seja conhecida a data do início da operação, bem como a companhia, ou companhias aéreas, que irão operar na rota da Terceira”.

PSD quer que empresas de Vila Franca tenham prioridade em obras camarárias

Os vereadores do PSD na câmara municipal de Vila Franca do Campo propuseram que seja dada “prioridade, sempre que possível”, às empresas de construção civil do concelho na adjudicação de obras da responsabilidade da autarquia. “Nas obras suportadas exclusivamente por esta autarquia, ou com recurso a fundos comunitários, a câmara municipal deve desenvolver todos os esforços para que, sempre que possível, seja dada prioridade aos empresários e trabalhadores do setor da construção do nosso concelho”, afirmaram os vereadores social-democratas, em recomendação apresentada na reunião do executivo camarário, dia 29.

Segundo a vereadora e presidente da comissão política concelhia de Vila Franca do Campo, Sabrina Coutinho Furtado, a prioridade a dar pela autarquia às empresas de construção civil deve verificar-se “não apenas nas obras mais pequenas, mas também nas de maior dimensão a que os empresários se possam candidatar”. “Desta forma recuperam-se postos de trabalho no setor da construção civil de Vila Franca do Campo, que atravessa uma grave crise. É justo que sejam os empresários locais a beneficiar com as obras no seu concelho”, consideraram.

Para Sabrina Coutinho Furtado, se o presidente da autarquia diz haver verbas para aplicar em diversas obras, como o próprio anunciou recentemente, “Ricardo Rodrigues não faz mais do que a sua obrigação em aplicar devidamente os fundos disponíveis”.





Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Cavaco Silva, no debate do Programa do XI Governo Constitucional

Vamos cumprir a vontade maioritária dos Portugueses

A taxa de desemprego no segundo trimestre de 1987 baixou para 8,5%, o que contrasta com 10,3% no período homólogo de 1986



O clima de confiança em que o País vive e os resultados do primeiro ano e meio de integração europeia desmentem os profissionais do cepticismo e da descrença

«Estamos indiscutivelmente no bom caminho»

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Ao apresentar o programa do XI Governo Constitucional quero antes de mais saudar a Assembleia da República e desejar aos senhores deputados um trabalho proficuo durante a legislatura que agora se inicia.

A instituição parlamentar é o fulcro da democracia representativa, regime que os portugueses escolheram para organizar a vida política nacional e que entre nós se enraizou com extraordinária solidez, não obstante as dificuldades internas e externas que foi necessário ultrapassar após o 25 de Abril. Prestigiar a

acção da Assembleia da República é reforçar o próprio regime democrático.

Esta Assembleia é expressão directa da vontade popular manifestada através do voto livre e consciente e da sua composição resulta o Governo a que me honro de presidir.

No quadro de um relacionamento leal com os outros órgãos de soberania, o Governo trabalhará com o Parlamento no melhor espírito construtivo e dele espera igual disponibilidade para o desenvolvimento de relações de colaboração harmoniosas e produtivas, conforme o exige o interesse nacional.

Algumas análises mais levianas ou superficiais dos resultados

das eleições de 19 de Julho têm apontado para a desvalorização da Assembleia da República na presente legislatura e chegam até a admitir o enfraquecimento da própria democracia.

Tudo isto quando, pela primeira vez desde o 25 de Abril, o sistema político gera uma maioria parlamentar homogénea e cria verdadeiras e consistentes condições de estabilidade governativa.

O papel essencial que cabe ao Parlamento numa democracia pluralista de tipo ocidental não depende do menor ou maior apoio parlamentar de que goza o governo.

Continua na página 2

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Felgueiras, para reunir, no próximo dia 03 de Junho de 2016, (sexta-feira) pelas 19h00 na sede, sita na Rua Luís de Camões, Loja, r/c, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou quem estatutariamente o possa substituir, na sede da Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,

- As urnas estão abertas das 19h00 às 23h00

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 10 de Maio de 2016, (terça-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Análise da situação político-partidária

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, no HOTEL PRAIA,- Nazaré, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações
2 - Apreciação da proposta de perfil do candidato a Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

3 - Outros assuntos

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vizela, para reunir, no próximo dia 14 de Maio de 2016, (sábado) pelas 21h15, na sede sita na Rua Fonseca e Castro, nº,130 B, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da actividade da Comissão Política Nacional

2 - Análise da situação política local e nacional

3 - Outros assuntos



MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta concelhia, para reunirem no dia 4 de Junho de 2016, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Macedo de Cavaleiros, sita na Rua Clara Vaz, n.º 3, em Macedo de Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção da Concelhia de Macedo de Cavaleiros.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD de Macedo de Cavaleiros no local supra citado.

MÊDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Meda, para o Plenário a realizar no



O Presidente do PSD e o Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro têm o prazer de convidar Vossa Excelência para a **Conferência "O Futuro da Europa"** que terá lugar no próximo dia **07 de maio**, no **Palácio da Bolsa**, no **Porto**, a partir das **15h00**, com o seguinte programa:

- 15h00** Sessão de Abertura:
Intervenção do Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro **Carlos Coelho**;
- 15h10** Intervenção do ex-Presidente da Comissão Europeia **José Manuel Durão Barroso**;
- 15h30** Painel "OS DESAFIOS DA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA";
Oradores Convidados: **José Manuel Fernandes** (Eurodeputado do PSD), **João Valle Azevedo** (Professor Universitário UNL);
Moderador: **Jorge Braga de Macedo** (Diretor Relações Internacionais PSD)
- 17h00** Intervenção do Comissário Europeu **Carlos Moedas**
- 17h30** Painel "FLUXOS MIGRATÓRIOS – O QUE VAI MUDAR NA EUROPA";
Oradores Convidados: **Paulo Rangel** (Eurodeputado do PSD), **António Vitorino** (ex-Comissário Europeu); **Rui Marques** (ex-Alto Comissário para a Imigração)
Moderadora: **Regina Bastos** (Deputada PSD)
- 19h00** Sessão de Encerramento: Intervenção do Presidente do PSD **Pedro Passos Coelho**

próximo dia 4 de Junho de 2016 (Sábado), pelas 21h00 horas na Sede do PSD/Meda sita na Rua Dr. Roberto, n.º 6, Meda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da Mêda.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD/Mêda, sita na morada supra citada.

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23 horas.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Guarda, para o Plenário a realizar no próximo dia 11 de Junho de 2016 (Sábado), pelas 21h00 horas na Sede do PSD/Distrital sita na Rua Marquês de Pombal, n.º 3 - 2.º, Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da Guarda.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD/Distrital, sita na morada supra citada.

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23 horas.

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Leiria, para reunir no próximo dia 4 de junho (sábado), pelas 18h, na sede do PSD de Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Eleição dos representantes da JSD à Assembleia Distrital de Leiria do PSD;
- 3 - Outros assuntos.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede distrital ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 18h às 20h.

NÚCLEO DE A-DOS-FRANCOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo de A - dos - Francos, para reunir no próximo dia 3 de Junho de 2016, entre as 22 horas e as 24 horas, na Sede do PSD das caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro, n.º 18 - R/c Direito, em Caldas da Rainha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Caldas da Rainha, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

NÚCLEOS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELLOS, CAVALÕES E OUTIZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Núcleo da União de Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz, para reunir no próximo dia 11 de Junho (Sábado) de 2016, pelas 21 horas, na Rua da Igreja, n.º 28 - Gondifelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo.

Notas:

As listas devem ser entregues ao presidente da mesa do plenário, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 14 de maio (sábado), pelas 15h00, na Sede do PSD Distrital de Lisboa (Praça São João Bosco, n.º 3 B, Lisboa, 1350-295 Lisboa), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da Situação Política;
- 2 - Apresentação e aprovação do calendário e do regulamento do Congresso Distrital;
- 3 - Outros Assuntos.



Nos termos dos estatutos dos TSD convoco a Assembleia Distrital de Bragança dos TSD para reunir no próximo dia 04 de Junho, na Sede Distrital do PSD, sita Praça da Sé nº 16, em Bragança, entre as 21h00 e as 22h00 com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD.

As propostas a apresentar devem cumprir os regulamentos vigentes.

Bragança, 3 de Maio 2016
P'lo Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD
Victor Fernando Borges
(Vice-Presidente)



**XXIV Congresso
CANDIDATOS**

Mesa do Congresso

Candidatura	Cargo	Nº Militante	Nome
Lista A	Presidente	140737	José Baptista
	Vice-Presidente	192097	Sofia Matos
		195384	David Castro
	Secretário	195429	Tiago Varum
		184881	Ricardo Rosa
Suplentes :	Suplente	218840	Miguel Bandarra
		209307	João Magalhães
		186533	Marco Marreiro

XXIV Congresso
CANDIDATOS

Comissão Política Nacional

Candidatura	Cargo	Nº Militante	Nome
Lista A	Presidente	132526	Cristóvão Ribeiro
	Secretário-Geral	166472	Ana Lopes
	Vice-Presidente	169374	Nuno Neves
		184484	Tiago Carrão
		154954	Frederico Nunes
		141683	João Rodrigues
		168216	José Ferreira
	Vogal	156882	Luis Rebelo
		155394	Tiago Laranjeiro
		168669	Ana Batista
		192920	Miguel Gonçalves
		166594	Carlos Seixas
		189904	Ana Patrício
		187066	João Santos
	172852	Carlos Alves	
	196828	Andreia Bernardo	
	175281	João Miranda	
Suplentes :	Suplente	208663	João Martins
		154285	Ricardo Santos
		192448	Ângela Caeiro
		197279	Adolfo Manso
		10200379	Gonçalo Silva
		196625	David Saraiva
		194883	João Barroso
		219276	Luis Carneiro
		211805	Paulo Preto
		166111	Vitor Teixeira
		167054	Pedro Vala
		200999	Vera Duarte
		201039	Francisco Silva
		208818	Miguel Antunes
208037	Mara Alves		
197201	Eduardo Almeida		

**XXIV Congresso
CANDIDATOS****Conselho de Jurisdição Nacional**

Candidatura	Nº Ordem	Nº Militante	Nome
Lista A	1	170488	João Ascenso
	2	173044	Helder Ferreira
	3	207452	Rebeca Lopes
	4	207189	Bruno Meneses
	5	163689	Beatriz Ferreira
	6	187079	Telmo Gaspar
	7	205761	Luis Coelho
	8	159319	Alexandre Oliveira
Suplentes :	1	181763	Ana Pacheco
	2	211549	Cláudia Freitas
	3	225513	Cátia Marques

**XXIV Congresso
CANDIDATOS**

Conselho Nacional

Candidatura	Nº Ordem	Nº Militante	Nome
Lista A			
	1	219229	Rui Silva
	2	204527	André Morais
	3	200141	Jorge Barbosa
	4	165766	Carlos Martins
	5	195409	Ruben Ferreira
	6	190369	Luis Pereira
	7	203892	Fábio Bernardino
	8	223137	David Cristovão
	9	188680	João Oliveira
	10	176929	Fernando Melo
	11	142347	Pedro Figueiredo
	12	209068	João Silva
	13	221757	Cláudio Campos
	14	171939	Pedro Sousa
	15	167450	Ricardo Gonçalves
	16	183444	Rui Constantino
	17	175028	Natalie Silva
	18	174528	Henrique Alves
	19	177303	Ruben Coelho
	20	211465	Tiago Santos
	21	212993	Vitor Dias
	22	179112	Ricardo Marques
	23	223959	Ricardo Pãozinho
	24	204248	Marcelo Gil
	25	190174	João Luís
	26	179326	Pedro Fonseca
	27	194377	Miguel Bugalho
	28	164307	Helder Oliveira
	29	221850	Pedro Santos
	30	227249	Leandra Mendes
	31	218346	Luís Matias
	32	182073	Bruno Ferrão
	33	186994	David Ferreira
	34	217025	Bruno Rodrigues
	35	189037	Afonso Leitão
	36	168290	Filipa Mendes
	37	209288	António Moreira
	38	185088	Ricardo Silva
	39	157980	Gustavo Coelho
	40	217624	Jorge Teixeira
	41	185237	Marco Saldanha
	42	183529	Marco Barbosa
	43	225805	Hugo Pereira
	44	154418	Helder Gomes
	45	231043	Beatriz Rosa
	46	221408	Rita Neves
	47	220484	Eunice Sousa
	48	223431	Martim Syder
	49	218892	Marco Dias
	50	174498	Sónia Moreira
	51	211148	Luis Santos
	52	199766	Tiago Mateus
	53	200669	Nuno Magalhães
	54	152656	Fernando Monteiro
	55	174133	André Queirós
Suplentes :			
	1	208688	José Vitorino

XXIV Congresso
CANDIDATOS

Conselho Nacional

Candidatura	Nº Ordem	Nº Militante	Nome
Lista A			
	Suplentes :		
	2	195390	Gonçalo Bargado
	3	205375	Teresa Martins
	4	195739	Marc Gamelas
	5	191670	António Carvalho
	6	214769	André Sousa
	7	200994	Susana Ferreira
	8	212169	Nuno Valente
	9	189016	José Lopes
	10	216600	Francisco Louzada
	11	224307	José Gonçalves
	12	219665	Luis Soares
	13	175756	Pedro Pereira
	14	205978	David Antunes
	15	176132	Luis Freitas
	16	195698	Rui Martins
	17	186529	João Figueiredo
	18	209871	Fábio Santos
	19	185210	Rafael Neto
	20	212653	Catarina Marquês
	21	198522	Soraia Mourato
	22	198579	Quitéria Roriz
	23	205037	Álvaro Silva
	24	213811	Carlos Cunha
	25	204845	Sofia Araújo
	26	224382	Ana Bagarrão
	27	204288	Rui Rodrigues
	28	223069	Luis Soares
	29	201825	Gustavo Brás
	30	211762	José Pinto
	31	195817	José Benjamim
	32	215450	Maria Domingues
	33	207159	Luis Teixeira
	34	183376	Tiago Pereira

**XXIV Congresso
CANDIDATOS**

Comissão Eleitoral Independente

Candidatura	Nº Ordem	Nº Militante	Nome	
Lista A	1	151537	José Oliveira	
	2	206966	José Simões	
	3	220413	Inês Silva	
	4	164945	Manuel Pedroso	
	5	196215	João Borges	
	Suplentes :	1	165450	Alberto Martins
		2	214815	Tiago Vilas
		3	214968	Ana Brites
		4	226341	Patrícia Vaqueiro
		5	185973	Emanuel Santana